

ELEIÇÕES À VISTA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



ESTAMOS EM pleno processo eleitoral. Em outubro, serão eleitos os membros das Assembleias Legislativas, da Câmara Federal e do Senado, os governadores e o presidente da República. O calendário eleitoral de 2018 é curto: o primeiro turno será em 7/10 e o segundo, em 28/10, com um intervalo de três semanas.

A campanha presidencial começou morna, mas se intensificará com a proximidade do pleito. O atentado ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro, modificou o tom das campanhas e contribuiu para o acirramento dos ânimos dos eleitores.

O processo eleitoral deveria constituir-se em uma via para a construção de uma coalizão nacional em prol do reerguimento da nação, com a implementação das reformas que o Estado brasileiro tanto necessita, mas tem contribuído para distanciar as propostas dos candidatos do que realmente é fundamental para o futuro do Brasil.

Os sinais emitidos nas pesquisas de intenção de voto e as reações nas redes sociais dão conta de um alargamento do espectro político, de uma maior polarização entre esquerda e direita, com um simbólico esvaziamento do centro. Esse cenário nutre os extremos, o “nós contra eles”, e aumenta o risco de radicalização e desestabilização políticas.

É preciso jogar luz sobre os debates e as campanhas, fomentando a discussão de propostas construtivas para as grandes questões nacionais. É lamentável observar que muitas plataformas eleitorais negam a existência de problemas cristalinos do Estado e apoiam-se em projetos populistas que agravarão o nosso desequilíbrio fiscal.

As reformas previdenciária, tributária e política, o equilíbrio fiscal e a redefinição do papel e do

tamanho do Estado são condições essenciais para superar a crise institucional, política e econômica que vem assolando o Brasil nos últimos anos. Por essa razão, independentemente do resultado das eleições, as forças políticas devem buscar convergência em torno de uma agenda positiva em prol do Brasil e dos brasileiros.

Não podemos negar os problemas estruturais e permitir improvisações, sob a pena de enfrentarmos uma crise maior num futuro próximo. O tempo é de pragmatismo, e as disputas políticas precisam ceder espaço às avaliações técnicas e aos remédios amargos necessários.

A interferência excessiva do Estado na economia gerou distorções amplamente conhecidas. Defendemos uma guinada na direção da livre-iniciativa e de uma maior liberdade econômica, o que implica uma adequação funcional do Estado para viabilizar maior participação e mais investimentos do setor privado.

Sob a perspectiva do agronegócio, os entraves atuais são praticamente os mesmos de 2014 – quando apresentamos aos candidatos um conjunto de propostas no livro “Rumo ao Futuro do Campo” –, contudo agravados pela deterioração do quadro macroeconômico que paralisou os investimentos público e privado.

É fundamental fortalecer o ambiente institucional para reduzir a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, priorizar o seguro rural e instrumentos de garantia de renda no âmbito da política agrícola, além de incentivar os acordos comerciais. Com estas diretrizes, a atuação do Executivo poderá ater-se com eficácia às suas atividades essenciais: defesa agropecuária, segurança pública, educação e assistência técnica e regulação dos mercados. É o momento de retirar as amarras do Brasil e de recolocá-lo nos trilhos do desenvolvimento! ■